



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 210 /2017

63ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 24.11.2017

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/2419/2017

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/2017.03994-7

CNPJ: 34.028.316/2347-91

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR: CONSELHEIRA TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO

EMENTA: ICMS - TRANSPORTE DE MERCADORIA SEM COBERTURA DOCUMENTAL. Preliminarmente, a imunidade que goza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos protege apenas o serviço postal “stricto sensu”, não alcança os serviços de transporte de mercadorias. Auto de Infração lavrado com base no parecer 34/99 da PGE. Confirmada a decisão de **PROCEDÊNCIA** proferida em 1ª instância. Art. Infringido: 140 do Decreto 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, “a”, da Lei 12.670/97, com nova redação conferida pela Lei 13.418/03. Recurso Ordinário Conhecido e não Provido. Rejeitada preliminar de Nulidade. Decisão Unânime e em consonância com o Parecer da Assessoria Processual-Tributária, aprovado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

RELATÁRIO

A peça inicial acusa o contribuinte, acima mencionado, de transportar um volume DW751076824BR sem a devida documentação fiscal, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Dispositivo infringido: Art. 140 do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, “a”, da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/2003. Crédito Tributário: ICMS R\$ 408,00; MULTA R\$ 720,00.

Instruem os autos: Certificado de Guarda de Mercadorias – CGM nº 20175766 (fls. 03); Pesquisa de preço (fls. 04/05);

O contribuinte apresentou, tempestivamente, impugnação ao lançamento, conforme fls. 08 a 10 dos autos.

Em 1ª Instância o processo foi julgado PROCEDENTE, conforme decisão de fls. 14 a 17, dos autos.

O contribuinte inconformado com a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, interpôs recurso ordinário conforme fls. 21 a 25 dos autos, limitando a arguir a tese da ilegitimidade passiva, conforme o que segue:

a) Alega que os fiscais autuantes deixaram de observar regras elementares que definem a relação jurídica entre a empresa requerente e o Fisco Estadual, no que diz respeito à não incidência de ICMS sobre o Serviço Postal.

b) Que “a ECT foi criada pelo Decreto-Lei nº 509/69 para explorar e executar atividade em nome da União, por outorga (e não por autorização, permissão ou concessão) os serviços postais em todo o território nacional”.

c) Que a ECT não atua no campo de prestação de serviços, pura e simplesmente, como qualquer pessoa jurídica de direito privado, mas sim a execução de serviço postal (serviço público), inerente a própria União, sendo recebimento (inclusive de valores) expedição, transporte e entrega dos produtos uma espécie de Serviço Postal que tem, acima de tudo, caráter eminentemente social.

d) Que o transporte de objetos de correspondência (entre outros, a encomenda – Art. 7º, § 3º da Lei 6.538/78) constitui SERVIÇO POSTAL, e como tal goza de imunidade nos termos do Art. 12 do Dec. Lei nº 509/69.

e) Que o serviço postal é um serviço público próprio e direto de competência exclusiva da União, por não se confundir com um serviço de transporte não se encontra no campo da incidência do ICMS.

f) Que a exploração dos serviços postais é atividade cuja titularidade já se encontra deferida pela própria Constituição Federal, art. 21, X, não tendo validamente como se submeter a ECT ao poder de polícia estadual, tampouco ao pagamento de quaisquer tributos.

A Assessoria Processual-Tributária, por meio do Parecer nº 180/2017 (fls. 29/31) recomenda a manutenção da decisão condenatória exarada em 1ª Instância. A douta PGE adotou referido parecer conforme despacho de fls. 32 dos autos.

É o relatório.



VOTO DO RELATOR

A infração apontada pela autuante na peça básica teve como amparo causal o transporte de mercadorias (sandália melissa) desacompanhadas de qualquer documentação fiscal, o que teria contrariado a legislação tributária em vigor. As referidas mercadorias estavam sendo transportadas pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT.

Contudo, é importante salientar que a Procuradoria Geral do Estado se manifestou, por meio do Parecer nº 34/99, esclarecendo que o § 2º do artigo 17 da Lei nº 6.538/78 (Lei dos Correios) não foi recepcionado pela Constituição Federal promulgada em 05.10.88, assim “a imunidade recíproca insculpida no Art. 150-VI-a da Constituição não alcança as prestações de serviço de transportes realizadas pelos Correios, limitando-se a proteger o serviço postal stricto sensu...”.

A Norma de Execução de Nº 07/99 aludida no corpo do Auto de Infração disciplina procedimentos acerca da fiscalização exercida pelo Posto Fiscal dos Correios nas dependências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. E o Parecer 34/99, acima mencionado, da Procuradoria Geral do Estado – PGE é relativo à responsabilidade tributária da ECT, onde conclui “que qualquer serviço realizado pelos Correios, quando inserido no campo de incidência do ICMS, fica sujeito à incidência do imposto estadual.”

Vê-se então que qualquer serviço de transporte de mercadoria feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT está sujeita às regras impostas pela legislação do ICMS, portanto vejamos o que dispõe o art. 17 do Dec. 24.569/97 que regulamenta a Lei 12.670/96 ao tratar da sujeição passiva:

“Art. 17 – Contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.”

Por seu turno o art.140 do mencionado Decreto determinou que: *“O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não estejam acompanhados dos documentos fiscais próprios.”*

No intuito de promover o cumprimento das normas emanadas do parágrafo anterior o citado diploma legal elegeu em seu art. 21-II-c o transportador como responsável pelo pagamento do imposto nos casos em que aceitar para despacho ou transportar quaisquer mercadorias sem documento fiscal ou sendo este inidôneo.

Com efeito, diante dos dispositivos acima mencionados e com amparo no parecer da Procuradoria Geral do Estado, de nº 34/99, acatamos na íntegra o procedimento adotado pela fiscalização, tendo em vista que os produtos objeto da presente ação fiscal encontravam-se nas dependências da ECT desacompanhados de qualquer documento fiscal, responsabilizando, portanto, os correios pelo pagamento do imposto.



Dessa forma, a infração está plenamente caracterizada nos autos, não havendo nenhuma dúvida quanto à definição da base de cálculo do imposto, pois a autuação deu-se com base na pesquisa de preço que repousa às fls. 04 a 11 dos autos, e diante do Parecer mencionado, torna-se cristalino o não cabimento da nulidade arguida pela recorrente.

Desta forma, fica a infratora sujeita à penalidade estabelecida no artigo 123, inciso III, alínea "a" da lei 12.670/96, com a nova redação da lei 13.418/03.

Isto posto, voto no sentido de que seja o Recurso ordinário conhecido e não provido, para que se confirme a decisão condenatória proferida pela Instância monocrática consoante o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pela douda Procuradoria Geral do Estado.

Demonstrativo do Crédito Tributário:

BASE DE CÁLCULOR\$ 2.400,00

ICMS.....R\$ 408,00

MULTA.....R\$ 720,00

TOTAL.....R\$ 1.128,00

É o voto.



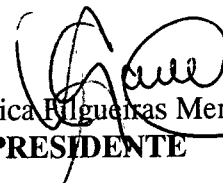
4

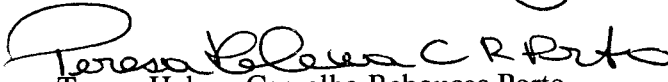
DECISÃO

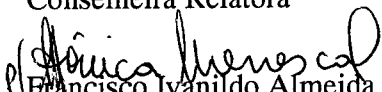
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

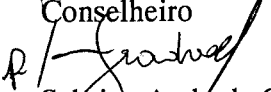
A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, afastar por unanimidade de votos, a preliminar de nulidade em razão da imunidade tributária arguida pela recorrente. No Mérito, resolve também, por decisão unânime, negar provimento ao referido recurso, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, de acordo com a Súmula nº 7 do Sistema corporativo do CONAT, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 08 de dezembro de 2017.


P/ Ana Mônica Bilgueiras Menescal
PRESIDENTE

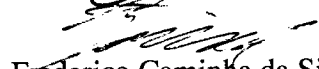

Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto
Conselheira Relatora



Francisco Ivanildo Almeida de França
Conselheiro


Sabrina Andrade Guilhon
Conselheira


Renan Cavalcante Araújo
Conselheiro


Felipe José Braga Hortêncio Jucá
Conselheiro


Frederico Caminha da Silveira
Conselheiro


André Gustavo Carreiro Pereira
PROCURADOR DO ESTADO
Ciente 08/12/17